



O DECLÍNIO DA LIDERANÇA DA ÁFRICA DO SUL

A África do Sul está longe de conseguir exercer uma liderança no continente africano. Para tal contribui uma política externa hesitante, que não corresponde aos seus objetivos de inserção internacional e de ambição regional, bem como a debilidade da sua força militar, com um declínio das capacidades de defesa.

A África do Sul, desde o fim do regime do *apartheid*, posiciona-se internacionalmente como um dos principais polos de poder entre os países do Sul. O seu ingresso nos BRICS, em 2011, simboliza a liderança desta no continente africano. Ao contrário do esperado, todavia, esse papel de líder e interlocutora dos países africanos não tem total respaldo na região, caracterizando uma liderança que foi construída muito mais pela imagem externa do que entre seus vizinhos.

Apesar de ser a maior economia africana, com um Produto Interno Bruto (PIB) de mais de \$400 mil milhões (*billion*) USD¹ em 2024, e de ter o maior gasto em defesa da África Subsaariana, a África do Sul está longe de conseguir, efetivamente, exercer uma liderança no continente e, nem mesmo, na região da África Austral. Dois grandes fatores devem ser levados em consideração para compreender essa debilidade: a política externa hesitante e a debilidade da força militar.

Uma política externa que não condiz com suas aspirações

Desde o governo de Nelson Mandela, que se iniciou em 1994 e marca o início da democracia na África do Sul, Pretória vem tentando, sem grande sucesso, construir uma política externa que traduza os seus objetivos de inserção internacional. A preocupação inicial, de desconstruir a imagem de potência regional agressiva e desestabilizadora, impôs a sua agenda externa que, nos primeiros anos, estava fortemente focada na defesa da democracia e dos direitos humanos. Era a África do Sul da *Rainbow Nation*.

O Renascimento Africano, trazido por Thabo Mbeki, traduz a ideia de formular uma política externa mais focada no desenvolvimento do continente africano, com ênfase no multilateralismo (Otávio, 2021). Nesse contexto, a África do Sul

aproxima-se da Nigéria que, juntas, protagonizam a transição da Organização da Unidade Africana para a União Africana. A crise no Zimbabué, iniciada em 1998, contudo, coloca em dúvida a capacidade da África do Sul de solucionar os problemas na região.

Ainda que a política externa do governo atual tenha tentado recolocar a África do Sul num papel de protagonismo (...) as ações práticas não refletem esse desejo.

As instabilidades no Zimbabué perduram até hoje, demonstrando o fracasso da África do Sul que, inclusivamente, foi designada pela Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) como mediadora, em solucionar um dos principais problemas político-securitários da África Austral. A sua *quiet diplomacy* não só não logrou êxitos, como também se transformou numa evidência da incapacidade de Pretória em ser uma líder estabilizadora na região.

A relação com Robert Mugabe era encarada como uma evocação de uma solidariedade anticolonial, já que este representava um grande símbolo da resistência, não só contra os europeus, mas também contra os regimes de minoria branca, nos quais se incluía a África do Sul até 1994. Havia, assim, um temor velado de que qualquer condenação pública mais definitiva feita por Pretória soasse como uma retoma da política externa do *apartheid*.

Jacob Zuma, que sucede a Mbeki no poder, volta-se mais uma vez para os vizinhos, aproximando-se significativamente de Angola, sem, contudo, mudar a sua postura em relação ao Zimbabué (Landsberg, 2012). O foco das ações externas

passa a ser a cooperação e o desenvolvimento e, ainda que a liderança de Zuma seja bem recebida na África Austral, o mesmo não se aplica para o continente, com as relações com a Nigéria a sofrerem uma deterioração significativa.

A participação da África do Sul em várias operações e missões de paz na região, com destaque para a República Democrática do Congo, a República Centro-Africana e, mais recentemente, Moçambique, demonstram o reconhecimento de que, como principal força económica e militar, há uma necessidade imperativa de agir. Ao mesmo tempo, essas ações parecem atos isolados, que não encontram respaldo na formulação da política externa e, menos ainda, da política de defesa.

Ainda que a política externa do governo atual, de Cyril Ramaphosa, tenha tentado recolocar a África do Sul num papel de protagonismo, evocando a postura de Mandela no pós-*apartheid* e agenda de defesa da democracia e dos direitos humanos, as ações práticas não refletem esse desejo. A necessidade de lidar com a crise económica interna, que se acentou durante a pandemia de COVID-19, com níveis de desemprego assoladores, também dificulta essa projeção.

Soma-se a isso a própria crise política que o Congresso Nacional Africano (CNA) está a enfrentar. A renúncia de Zuma, a criação do partido MK, por Zuma e seus apoiantes, e a perda, pela primeira vez desde que subiu ao poder, da maioria parlamentar nas eleições em 2024, colocam o CNA num cenário desafiante.

A política externa da África do Sul, assim, oscila entre o desejo de alcançar maior protagonismo, através da defesa de valores universais ocidentais, como a democracia e os direitos humanos, e a solidariedade e construção de uma identidade africana, baseada no pan-africanismo e no anti-imperialismo. O problema é que, pelo menos na conjuntura atual dos Estados africanos, esses dois pilares se contrapõem. O



que se tem, assim, é uma política externa que faz eco fora da África, mas que continua a enfraquecer a liderança sul-africana dentro do continente.

O declínio militar

Assim como grande parte das estruturas e instituições sul-africanas, as forças armadas também são reestruturadas no pós-apartheid. Em 1997, é criada a Força de Defesa Nacional Africana (SANDF – *South Africa National Defence Force*) e, na sequência, são formulados os primeiros documentos de defesa do período democrático.

No final da década de 2000, as análises já indicavam a necessidade de se ampliar os gastos em defesa. Naquela altura, o exército sul-africano era quem mais sofria os impactos do orçamento deficitário. Comparativamente com a força aérea e a marinha, o exército tinha sido colocado em segundo plano, já que não era prioridade nos fundos do Programa de Aquisição de Defesa Estratégica (IISS, 2010).

A debilidade das forças militares sul-africanas, contudo, continuavam a ser negligenciadas pelo governo. Da mesma forma, a concepção de uma política de defesa que estivesse de acordo com os anseios do país também não avançava

e é apenas em 2014 que tem lugar a publicação do *South African Defence Review*. As restrições orçamentais trazidas à tona pelo documento evidenciaram as debilidades da África do Sul em continuar a projetar o seu poder na região de maneira satisfatória.

A persistente desconexão entre o mandato de defesa, os crescentes compromissos de defesa da África do Sul e a alocação de recursos corroeu as capacidades de defesa a tal ponto que as Forças Armadas não conseguem cumprir plenamente sua responsabilidade constitucional de defender e proteger a África do Sul e o seu povo, e têm dificuldade até mesmo em manter seu modesto nível atual

de compromissos, como reconhece o documento (South Africa, 2014, p.IX-9)

Os gastos da África do Sul em defesa são preocupantes desde o início do período democrático, mas, ao longo das últimas duas décadas, a insuficiência dos recursos frente às demandas crescentes tornou-se ainda mais dramática. Na Figura 1 é possível ver que, como percentual do PIB, os gastos em defesa têm vindo a declinar desde 2002 e, desde 2020, estão inferiores a 1% do PIB.

Ao analisar os principais investimentos e aquisições feitos desde 1994, o cenário também não é muito animador (Figura 2). As aquisições concentram-se entre 1995 e 2000, ainda que entregas tenham sido

FIGURA 1. GASTOS EM DEFESA (% PIB)

Fonte: SIPRI MILEX Database, <https://milex.sipri.org/sipri>

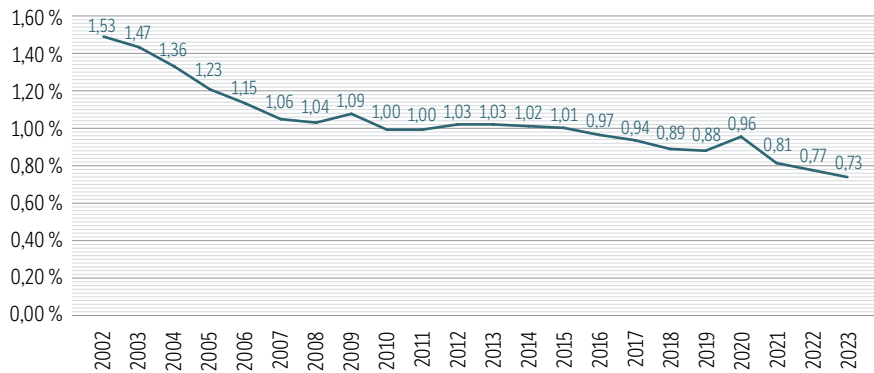


FIGURA 2. AQUISIÇÕES

Fonte: SIPRI Arms Transfer Database, <https://www.sipri.org/databases/armstransfers>

Destinatário	Fornecedor	Designação	Descrição	Categoria da arma	Ano da encomenda	Número encomendado	Ano de entrega
África do Sul	Estados Unidos	C-130B Hercules	Aeronave de transporte	Aeronaves	1995	2	1999
	Estados Unidos	C-130B Hercules	Aeronave de transporte	Aeronaves	1996	1	1997
	França	aircraft engine 1001-2000	Motor de aeronave	Motores	1996	22	2013
	Israel	M-2208	Radar de busca aérea/marítima	Sensores	1996	3	2000
	Suíça	PC-12	Aeronave de transporte leve	Aeronaves	1997	1	1997
	Suécia	JAS-39C Gripen	Aeronave FGA	Aeronaves	1999	9	2009
	Reino Unido	Hawk-100	Aeronave de treino/combate	Aeronaves	1999	12	2006
	Itália	A-109K	Helicóptero leve	Aeronaves	1999	30	2009
	Alemanha	MEKO-A200	Fragata	Navios	1999	4	2007
	Estados Unidos	LM-2500 (30001-35000)	Turbina a gás	Motores	1999	4	2007
	França	TSM-2633 Spherion-B	Sonar antissubmarino	Sensores	1999	4	2007
	Estados Unidos	F-404 (8000)	Turbofan	Motores	1999	9	2009
	França	MM-40 Exocet	Missil antinavio	Mísseis	2000	17	2005
	Suécia	JAS-39C Gripen	Aeronave FGA	Aeronaves	2000	17	2012
	Alemanha	Type-209/1400MOD	Submarino	Navios	2000	3	2008
	Alemanha	Lindau	Caça-minas	Navios	2000	4	2001
	Alemanha	SUT	Torpedo antinavio/antissubmarino	Mísseis	2000	80	2008

feitas mais recentemente, e grande parte delas são equipamentos destinados às forças navais.

A questão dos equipamentos é especialmente preocupante. Em 2004, por exemplo, as inspeções da Organização das Nações Unidas (ONU) concluíram que grande parte dos equipamentos da África do Sul que estavam a ser empregados na Missão na República Democrática do Congo eram inoperantes, além de criticar a formação/treino das forças sul-africanas que faziam parte da Missão. O encerramento da Missão da SADC na RDC, inclusive, foi atribuído, entre outras coisas, à deterioração das forças de defesa sul-africanas, que constituíam o centro da Missão (Handy, 2025).

Outra questão a ser considerada é a redução na indústria de defesa. Para além da questão estratégica, a indústria de defesa, que conta com uma significativa inserção no mercado internacional, também garantia recursos orçamentais. Os investimentos em pesquisa e tecnologia foram igualmente reduzidos e a principal indústria de defesa da África do Sul, a estatal Denel, tem enfrentado dificuldades desde 2019 (IISS, 2022).

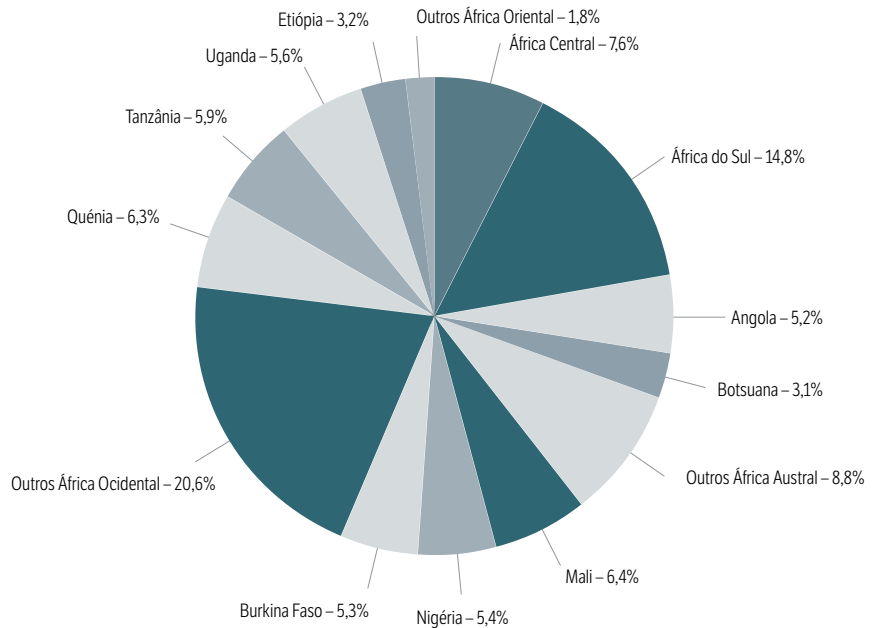
Ao mesmo tempo que os recursos são escassos e as capacidades da SANDF estão altamente comprometidas, esta continua a ser cada vez mais solicitada. Em relatório de 2022, o IISS alertou para esta situação, destacando que além de um grupo de combate e uma unidade mista de helicópteros na RDC e os 1.500 militares em Moçambique como parte da força de intervenção da SADC, a SANDF vinha também a ser solicitada para ações internas, como o auxílio a outros departamentos governamentais na resposta ao coronavírus (durante os anos de 2020 e 2021) e o destacamento de soldados para lidar com agitações internas (como aquelas entre julho e agosto de 2021).

Um futuro não promissor

Atualmente, a África do Sul não pode ser considerada uma hegemonia regional e nem mesmo na África Austral tem condições de exercer uma liderança incontestada. Apesar de ainda gozar de uma preponderância militar, o declínio das suas capacidades é mais que evidente e compromete o seu poder relativo. A África do Sul responde por pouco menos de 15% dos gastos em defesa da África Subsaariana, enquanto em 2010 esse

FIGURA 3. GASTOS EM DEFESA NA ÁFRICA SUBSAARIANA, POR PAÍS E SUB-REGIÃO

Fonte: IISS (2025).



número chegava a quase 29%. Apesar de continuar a ter o maior orçamento de defesa da região, comparativamente, tem um poder militar muito menor em relação aos vizinhos.

Somado à diminuição do poder militar, existe uma política externa que, ao longo das últimas três décadas, não conseguiu encontrar uma continuidade nem um equilíbrio entre o desejo de ser uma liderança e o receio de retomar a imagem de potência agressiva do *apartheid*. No anseio de normalizar as relações com os vizinhos e de ser recebida no grupo de Estados que antes se uniam para fazer frente a ela, a África do Sul adota uma postura conivente e, até mesmo, solidária com regimes e líderes não democráticos.

A ideia de construir uma nova identidade, que se opusesse a identidade africâner (*afrikaans*) forjada durante o *apartheid*, e que tivesse características africanas, foi procurada no pan-africanismo, mas foi comprometida quando os ideais anti-imperialistas acabaram deturpados para justificar tanto a manutenção no poder de antigos líderes dos movimentos de libertação nacional quanto a não ingerência em assuntos domésticos.

A África do Sul, assim, não consegue construir uma base de sustentação da sua eventual liderança, já que a sua legitimidade para tal é contestada pelos vizinhos, em especial por Angola e pelo Zimbabuê, dois países que ancoram os

seus discursos no histórico da luta anticolonial. Enquanto o Zimbabuê não representa, efetivamente, uma ameaça à liderança sul-africana, Angola, depois da pacificação em 2002, passou a adotar uma postura mais assertiva e a colocar-se como alternativa de força estabilizadora na região.

A debilidade militar da África do Sul é definitiva para deixar mais longe os seus anseios de liderança regional. As crises política e econômica enfrentadas internamente parecem inviabilizar, no curto prazo, que Pretória reverta esse quadro. O anseio de ser a liderança africana parece, assim, cada vez mais distante. ●

Nota

¹ Dados do Banco Mundial, disponíveis em <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=ZA>

Referências

- Governo da África do Sul (2014). *South Africa Defence Review*. Disponível em https://www.gov.za/sites/default/files/gcis_document/201409/dfencereview2014.pdf
- Handy, Paul-Simon (2025). *Anatomy of SADC's failure in eastern DRC*. ISS Today.
- IISS (2010). *The Military Balance 2010*. International Institute for Strategic Studies.
- IISS (2022). *The Military Balance 2022*. International Institute for Strategic Studies.
- IISS (2025). *The Military Balance 2025*. International Institute for Strategic Studies. Disponível em <https://www.iiiss.org/publications/the-military-balance/2025/the-military-balance-2025/>
- Landsberg, Carl (2012). A política externa do Governo Jacob Zuma: associação ou dissociação? *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*. v. 1, n.1, p. 79-108.
- Otávio, Anselmo (2021). A Administração Ramaphosa e o Retorno ao Protagonismo da África Do Sul: tendências e desafios à política externa. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*. V.6, n.11, p.87-107. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.105503>

